

Congresso reabre trabalhos. Renan defende mais reformas

Presidente do Senado e do Congresso sugere a retomada urgente das mudanças institucionais e pede aos parlamentares que reflitam sobre as regras para edição de medidas provisórias

Partidos começam a definir as comissões

Com as indicações feitas ontem pelo PMDB, a maioria das comissões permanentes do Senado tem comando definido. Os blocos da minoria e de apoio ao governo também já indicaram a maior parte dos nomes. Permanece indefinida a presidência da Comissão de Assuntos Sociais, que pode ficar com o PSB, o PTB ou o PL.

Página 6

Senadores cobram punição de assassinos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária vai acompanhar com atenção as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, Alvaro Dias. Falando de Anapu (PA), onde a freira foi enterrada, a senadora Ana Júlia Carepa também cobrou punição dos criminosos.

Página 8



SOLENIIDADE Renan, Severino, José Dirceu e Nelson Jobim caminham em direção ao Plenário da Câmara,...



...lotado para a reabertura dos trabalhos legislativos, que incluiu a leitura da mensagem presidencial

Os parlamentares devem estar continuamente sintonizados com as reais necessidades da população para que o Brasil possa trilhar o caminho do sucesso. Essa afirmação foi feita ontem pelo senador Renan Calheiros ao abrir os trabalhos do Congresso Nacional. Renan destacou a importância de garantir a estabilidade do Parlamento e marcos regulatórios que permitam maior segurança jurídica nas relações entre os indivíduos. Ao insistir na continuidade das reformas, disse que "é nossa obrigação jogar a caixa-preta da política no lixo da história".

Lula enaltece colaboração do Parlamento ao governo

A mensagem encaminhada ontem ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatiza as políticas para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social, a ação diplomática, o fortalecimento da democracia e o combate à corrupção. O presidente enalteceu a participação do Congresso nas ações do governo federal e disse estar convencido de que continuará a contar com essa parceria.

Páginas 2 a 5



ROTEIRO Entre parlamentares, Renan Calheiros (segundo à direita) sobe a rampa do Congresso



CONCENTRAÇÃO Com o Plenário lotado, dezenas de parlamentares ouviram os discursos de pé

Ritual cheio de tradição e com guarda de honra

■ Na condição de novo presidente do Congresso, Renan Calheiros passa em revista tropas militares

A reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional é uma cerimônia cheia de tradições, com a presença de soldados do Batalhão da Guarda Presidencial, criado há quase 200 anos por dom João VI e que, entre outras atribuições, é responsável pela guarda do Palácio do Planalto. Desde que sai de casa, o presidente do Congresso tem uma escolta de honra e, na frente do Congresso, ele passa em revista tropas, participa da cerimônia de hasteamento das bandeiras da Câmara e do

Senado e há uma salva de 21 tiros de canhão.

Da entrada do Congresso até o Plenário da Câmara, onde se realiza a sessão de reabertura dos trabalhos do Parlamento, o presidente do Congresso e convidados caminham apenas sobre tapetes vermelhos, guardados por soldados granadeiros (Exército), alabardeiros (Marinha) e da Guarda Santos Dumont (Aeronáutica), todos em traje de gala. O alagoano Renan Calheiros, 49 anos, senador peemedebista desde 2003, cumpriu ontem esse roteiro, um dia depois de ter sido eleito presidente do Senado.

Ao mesmo tempo em que Renan Calheiros cumpria esse ritual, o novo presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), recepcionava

a poucos metros o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim. Pouco depois, representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro-chefe do Gabinete Civil, deputado José

Dirceu, chegou ao Congresso e percorreu o mesmo caminho sobre tapetes vermelhos. No Salão Negro do Congresso, os presidentes do Senado, da Câmara e do STF e o ministro José Dirceu se encontraram com os

líderes partidários e se dirigiram ao Plenário da Câmara, para a reabertura dos trabalhos legislativos de 2005. O Plenário estava lotado.

Na primeira fila do Plenário, estavam o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edison Vidigal, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, perto dos ex-presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha. Os dois ex-presidentes foram aplaudidos quando citados por Renan Calheiros. Entre os parlamentares, vários ministros do governo. Ao final de uma hora, eles deixaram o Congresso e passaram mais uma vez pela guarda de honra. Estava aberto o terceiro ano legislativo da 52ª Legislatura do Congresso Nacional.



HARMONIA Antes da sessão solene, soldados da banda do Batalhão da Guarda Presidencial, formada no gramado, executam hinos

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Senado realiza sessão não deliberativa

Os senadores participam hoje da primeira sessão do ano legislativo, que está marcada para as 14h30. De caráter não deliberativo, a reunião é destinada a pronunciamentos, comunicados da Mesa diretora, avisos das lideranças partidárias e apresentação e leitura de projetos. A definição da pauta da Casa para as próximas sessões depende da decisão do novo presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Severino: Câmara vai recuperar o espaço perdido

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), afirmou ontem, na abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional, que a sua eleição representa a luta pela retomada das prerrogativas constitucionais da Casa, "abaladas com o sistema de reedição de medidas provisórias", que tranca a pauta e acaba imobilizando a atividade parlamentar.

– A Câmara dos Deputados voltará a ser o centro dos debates nacionais, recuperando o espaço perdido – destacou.

Sempre procurando caracterizar a sua vitória como a inauguração de um novo tempo político, Severino Cavalcanti acentuou também que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal vivem um momento especial, pois estariam, com a eleição das novas Mesas, reafirmando os primados da "independência e da harmonia entre os Poderes".

Para Severino Cavalcanti, os caminhos das transformações foram abertos e os deputados estão ansiosos para ter participação efetiva na elaboração de leis que atendam aos interesses da população.

Jobim descarta confronto entre Poderes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, disse durante a cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos que as instituições nacionais não podem se apequenar diante dos grandes desafios que a realidade brasileira impõe. Citando o presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), Ulysses Guimarães, Jobim afirmou que fica pequeno quem se envolve com coisas pequenas.

– A legislação brasileira não é um prego onde se dependuram privilégios de minorias usurpadoras. Nossa geração tem um compromisso com a maioria da nação – disse Jobim.

O presidente do STF afastou qualquer possibilidade de disputa entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Todos os três, afirmou, cumprirão a tarefa de produzir a tranquilidade e o desenvolvimento do país.



SINTONIA Entre José Dirceu, Severino Cavalcanti e Nelson Jobim, Renan afirma que parlamentares devem perceber as necessidades da população

Renan defende reformas e pede reflexão sobre medidas provisórias

■ Para senador, o momento exige tolerância e conjugação de esforços

Ao abrir os trabalhos do Congresso Nacional (3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura), o presidente do Senado e da Mesa do Congresso, senador Renan Calheiros, sugeriu a retomada, com urgência, das reformas institucionais. Ele explicou que o objetivo é garantir a estabilidade do Parlamento e também os marcos regulatórios que permitam maior segurança

jurídica nas relações entre os indivíduos. Renan também pediu que os parlamentares reflitam sobre a necessidade de estabelecer na Constituição uma maior precisão conceitual sobre os pressupostos de urgência e relevância das medidas provisórias, para que haja uma maior racionalidade na sua tramitação, e defendeu uma reforma política que fortaleça os partidos.

– Essa agenda não é minha, nem do Congresso, nem do governo, nem da oposição. É uma exigência da sociedade.

Na avaliação do presidente do Congresso, o momento que o país vive não pode ser de im-

paciência, mas de tolerância e de conjugação de esforços para que sejam identificadas soluções e alternativas não apenas para as questões ocasionais que ocupam os governos, que são transitórios, mas, sobretudo, para as questões de Estado, que são permanentes.

Alterações

Renan Calheiros registrou que as seis emendas de revisão e as 45 mediante o rito ordinário, além de uma sucessão de reformas, sinalizam que a Constituição de 1988, aprovada em meio a muitas expectativas, não está concluída nem consumada. Ele alertou para a necessidade de regulamentação,

complementação e até mesmo de novas alterações em várias matérias, como, por exemplo, a reforma tributária.

Nas últimas duas décadas, lembrou Renan, o Parlamento brasileiro proporcionou ao Executivo – mais do que sua cooperação – solidariedade e participação. Apesar disso, concluiu, esse apoio nem sempre significou esperanças atendidas. Por esse motivo, o presidente do Senado ressaltou a necessidade de os parlamentares permanecerem continuamente sintonizados com as reais necessidades da população para que o Brasil possa trilhar o caminho do sucesso.

Frases do presidente do Senado

"Legislativo exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo seus deveres e representando legitimamente o povo que o escolhe jamais foi uma dádiva ou doação generosa do Poder."

"Hoje, constituímos o segundo maior eleitorado do mundo ocidental e somos, portanto, uma das maiores democracias no concerto das nações."

"A democracia não é apenas frágil e vulnerável. É, também, nova no Brasil e no mundo. Na história da civilização ocidental, os países mais desenvolvidos e mais antigos viveram nove décimos de sua existência sem conhecê-la."

"O Congresso brasileiro proporcionou ao Executivo, nas duas últimas décadas, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação. Elas significaram esperanças nem sempre atendidas. Hoje, vencida essa etapa, trilhamos o caminho que pode nos levar ao sucesso."

"O modelo de engenharia constitucional construído em 1988, em meio a tantas expectativas, não está concluído nem consumado. E a melhor evidência é que, antes de completados os 17 anos de sua existência, já fomos chamados a alterar o seu texto nada menos de 51 vezes, um recorde no mundo contemporâneo."

"O novo modelo de tributação precisa, acima de tudo, ser parceiro do crescimento econômico sustentado e da distribuição de renda entre os indivíduos e entre as regiões."

"Uma maior racionalidade na tramitação das medidas provisórias é requisito essencial para um processo legislativo célere e eficaz."

"É justa a nossa angústia com a concentração de renda, o desempenho econômico e os entraves da excessiva burocracia que emperra, massacra e pune dos mais humildes cidadãos às maiores empresas."

"Deixo à consideração dos ilustres membros do Congresso Nacional, aos quais auguro trabalho profícuo, operoso e produtivo, a sugestão de retomar com urgência as reformas institucionais com o objetivo de garantir a estabilidade legislativa e os marcos regulatórios, para que impere a segurança jurídica nas relações entre os indivíduos."

"Não se trata mais de abrir a caixa-preta da política. Não, não, senhores. A nossa obrigação é jogar essa caixa-preta – preta na forma como funciona a operação política hoje – no lixo da História. É nosso dever construir uma nova caixa, que não seja apenas aberta, mas também transparente."

Mensagem destaca esforço do Congresso

Inclusão social e desenvolvimento sustentável são ressaltados entre as realizações do governo

Em 274 páginas, a mensagem encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sintetiza a visão do governo sobre as ações encetadas na primeira metade de seu mandato e as suas intenções para os dois anos finais. A introdução do documento foi lida pelo 1º secretário da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), na sessão solene realizada ontem pelo Congresso Nacional, que marcou a abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Em sete capítulos, a mensagem presidencial enfatiza as políticas para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social, a ação diplomática, o fortalecimento da democracia e o combate à corrupção. Já



BALANÇO Renan (à direita) e Severino Cavalcanti recebem a mensagem presidencial, em que são relatadas ações desenvolvidas e metas para este ano

na introdução, Lula assinala o crescimento de mais de 5% do produto interno bruto (PIB), a queda do risco país de 2.000 pontos para menos de 500 pon-

tos, o recorde nas exportações (US\$ 96 bilhões) e no saldo comercial (US\$ 33 bilhões), e a geração de 1,5 milhão de empregos formais.

Lula ressaltou também o programa Bolsa Família, que segundo ele garante uma renda mínima a 6,57 milhões de famílias. Destacou também o fomento à agricultura familiar, que na atual safra contou com mais de R\$ 7 bilhões.

Ação do Congresso

O presidente enalteceu a participação do Congresso nas ações de seu governo. Disse estar convencido de que o Executivo continuará a contar com "a ação independente, autônoma, firme e responsável" do Parlamento, como ocorreu nos últimos dois anos. Salientou a aprovação das parcerias público-privadas (PPPs), da reforma do Judiciário, das novas regras para a habitação, da nova política industrial, da Lei de Inovação Tecnológica, do Programa Nacional de Produção e do Uso do Biodiesel, além do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Para este ano, Lula enfatizou o papel do Congresso no segundo ciclo das reformas previdenciária e tributária, mencionando a simplificação

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Também destacou a reforma sindical, que será em breve encaminhada ao Congresso. Anunciou ainda o envio de proposta instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que irá melhorar a capacitação e a remuneração dos professores e o aparelhamento das escolas públicas.

O presidente da República citou ainda a duplicação, em 2004, dos valores investidos por família assentada em programas de reforma agrária – de R\$ 7,7 mil para R\$ 16 mil –, o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco e a criação do Sistema Único de Segurança Pública. Entre as ações para consolidar a sustentabilidade do desenvolvimento, ele assinalou os incentivos para a poupança de longo prazo, a aprovação das PPPs e a nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Proposta de Suplicy obriga a presença do chefe do Executivo

Consta da pauta do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura anual das sessões legislativas, para apresentar o plano de governo e um balanço da situação do país. Caso a proposta seja aprovada, o rito de recebimento da mensagem presidencial deverá ser modificado. Hoje, como estabelece a Constituição, a mensagem é lida em sessão solene do Congresso, geralmente pelo 1º secretário da Mesa.

Suplicy explica que sua intenção é tornar mais explícita a responsabilidade do governo com suas metas. Segundo ele, nos Estados Unidos, a fala do presidente tem grande importância na vida política do país, enquanto no Brasil a mensagem do presidente se reveste de menor peso.

Quando o senador apresentou sua proposta ao Plenário, ele lembrou que só o então presidente José Sarney, no último ano de seu mandato, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, cumpriram o ritual de



COERÊNCIA Eduardo Suplicy quer tornar mais explícito compromisso do governo com suas metas

comparecer ao Legislativo.

A proposta de Suplicy prevê ainda a possibilidade de, na presença do presidente, os líderes partidários na Câmara e no Senado fazerem comentários sobre o pronunciamento do chefe do Executivo. Mas, quando da votação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator, então senador Sérgio Machado, excluiu esse dispositivo. Ele afirmou que tal prática não se coadunaria com o sistema presidencialista, já que o presidente deve receber o tratamento solene que é dispensado ao chefe de Estado.

Conheça o Senado Federal.

Você também vai se encantar.

"...um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo e criador."
Oscar Niemeyer

2ª a 6ª feira
Manhã - 9h30 10h30 11h30
Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h

VISITE O SENADO
www.senado.gov.br



DECISÃO Plenário votará proposta de Antonio Carlos que obriga o Executivo a cumprir o Orçamento da União

Senado retoma debate sobre orçamento impositivo

O orçamento impositivo deve figurar entre os temas de destaque na agenda do Senado no ano legislativo iniciado ontem. A idéia é tornar obrigatória a execução das despesas previstas na lei orçamentária anual conforme aprovado pelo Poder Legislativo. Outros países, como os Estados Unidos, já adotam sistema semelhante de execução orçamentária.

Prevista em emenda constitucional (PEC 22/00) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a matéria volta a ser debatida no Plenário da Casa este mês. A proposta aguarda a quinta e última sessão de discussão. Se aprovada, precisará ser novamente apreciada e votada em segundo turno.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em seu discurso de posse, citou o aperfeiçoamento do processo orçamentário como uma das questões relevantes do ano legislativo. Segundo ele, essa

será uma das prioridades da Casa. "A lei do orçamento há de evoluir", disse Renan, esclarecendo que isso significa "um orçamento mais impositivo, mais transparente e que garanta maior qualidade ao gasto público".

A PEC 22/00 foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em dezembro de 2003. Chegou ao Plenário no início do ano passado e teve sua apreciação dificultada pelos constantes trancamentos da pauta, em razão da prioridade conferida pelo regimento ao exame de medidas provisórias.

Liberdade

Atualmente, o Orçamento apenas indica a forma geral como devem ser gastos os recursos públicos. Na prática, o Executivo pode remanejar créditos, cancelar despesas e até mesmo deixar de investir, para gerar maior superávit. Essa situação é apontada como um "faz-de-conta" entre o Legislativo e Executivo, em que o primeiro aprova uma programação sabendo, de forma antecipada, que o segundo não vai cumprir.

A liberdade de que desfruta o Executivo para manejar a programação produz também críticas sobre manipulação das verbas em proveito de partidos. Para Antonio Carlos, isso gera uma "desmoralização permanente do Congresso Nacional".

O Executivo, porém, faz restrições a mudanças no sistema atual de operacionalização dos gastos. Defende que o governo dispõe de estreita margem de decisão sobre o Orçamento, argumentando que a maior parte das receitas encontram-se engessadas com gastos obrigatórios de origem constitucional.



Comissão mista quer mudar tramitação de MP

Antonio Carlos, presidente do colegiado, diz que proposta deve ser apresentada logo

Resolver o problema em que a edição de medidas provisórias (MPs) se transformou para o Congresso é um dos desafios para este semestre, conforme pronunciamentos dos novos presidentes das duas Casas, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). No ano passado, foi criada comissão mista que deve apresentar proposta que modifique a tramitação das MPs.

O colegiado é presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e tem como

relator o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). Para Antonio Carlos, há condições concretas para a rápida apresentação de uma proposta de consenso em torno do assunto.

– O que não pode é continuar com as pautas trancadas, principalmente na Câmara, repercutindo mal para o Congresso, quando o problema é criado pelo Executivo, que edita medidas provisórias em excesso – afirmou o senador ao **Jornal do Senado**.

O relator concorda com Antonio Carlos e informa que está ouvindo sugestões de todos os parlamentares interessados no assunto.

– Esse relatório terá como finalidade facilitar o debate da questão, reunindo sugestões já trazidas à comissão por diversos parlamentares, propostas

de minha própria iniciativa e outras idéias que venham a ser apresentadas – afirmou.

De acordo com a norma constitucional, a pauta da Casa em que a MP se encontra será trancada se a medida não for votada em 45 dias. Como as regras também estabelecem que a tramitação deve começar pela Câmara, em que raramente o prazo é cumprido, as MPs, quando enviadas ao exame dos senadores, terminam quase sempre obstruindo a pauta do Senado.

No ano passado, as MPs bloquearam a pauta de cerca de 80% das sessões deliberativas da Câmara e mais de 50% das sessões do Senado, onde a impossibilidade de debater as medidas com profundidade costuma ser a reclamação mais freqüente dos parlamentares.



DATA Serys (E) discute a homenagem com a embaixadora Cláudia Rodriguez e a senadora Cláudia Wilcher, da Colômbia

2005 será o Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) recebeu ontem a visita da embaixadora da Colômbia no Brasil, Cláudia Rodriguez, e da senadora colombiana Cláudia Wilcher. Elas discutiram a organização do Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha, homenagem que será realizada em 2005 em 22 países latino-americanos.

O Ano da Mulher em 2005 foi definido graças à proposta apresentada por Serys

Slhessarenko no Parlatino (Parlamento Latino-Americano). Segundo a embaixadora Cláudia Rodriguez, durante o encontro foi discutida também a organização de um fórum sobre os direitos das mulheres, que será realizado no mês de março em Brasília.

A senadora Cláudia Wilcher é autora de projeto, já aprovado, sobre auxílio governamental a famílias chefiadas por mulheres.

Partidos se articulam para definir comissões

Lideranças começam a escolher nomes para presidir comissões. Cristovam deve ir para Relações Exteriores

Eleita a nova Mesa diretora do Senado, os partidos se articulam para indicar as presidências das comissões técnicas, que dividem com o Plenário as decisões da Casa. O líder Delcídio Amaral (PT-MS), do bloco de apoio ao governo (PT, PSB, PTB e PL), confirmou o nome de Cristovam Buarque (PT-DF) para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Além disso, um senador do PSB, PTB ou PL comandará a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os integrantes de cada comissão ainda serão indicados pelos partidos.

No Bloco da Minoria (PFL e PSDB), há entendimento para a indicação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ), assim como o do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) para presidir a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. E a Comissão de Desenvolvimento Regional, criada recentemente, deverá ser presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O PDT, por meio do líder Osmar Dias (PR), indicou o senador Juvêncio da Fonseca (MS) para a Subcomissão Permanente de Meio Ambiente.

PMDB

O novo líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), coordenou ontem a primeira reunião de bancada e definiu os presidentes das comissões que caberá ao partido dirigir. Para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Luiz Otávio (PA) venceu a disputa com o senador Garibaldi Alves Filho (RN); para a Comissão de Fiscalização e Controle, o senador Leomar Quintanilha (TO) derrotou o senador José Maranhão (PB); e para a Comissão de Educação foi escolhido o senador Hélio Costa (MG).



COMPOSIÇÃO Ney Suassuna (ao centro) coordena a primeira reunião da bancada de senadores do PMDB

Poder terminativo, fator de equilíbrio

Depois que foi regulamentado o artigo 58-II da Constituição, concedendo atribuição de aprovação terminativa às comissões permanentes, o poder político no Senado passou a ser melhor dividido entre o Plenário e as comissões. Antes da Resolução nº 13, de 1991, todos os projetos de lei e de resolução precisavam, obrigatoriamente, da aprovação em Plenário.

Hoje em dia, mais da metade dos projetos de lei e de resolução em tramitação podem dispensar a aprovação em Plenário, caso não haja recurso em contrário de um décimo do número de senadores (nove) no prazo de cinco dias úteis.

Pelo Regimento, a aprovação terminativa nas comissões se

dará nos casos de projetos de lei ordinária de autoria de senador e projetos de resolução sobre suspensão de execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Ouvidas as lideranças partidárias, o presidente do Senado poderá, também, conferir às comissões permanentes a competência de votar, em decisão terminativa, tratados ou acordos internacionais, autorização para exploração e aproveitamento de recursos hídricos e minerais, alienação de terras públicas e projetos de lei da Câmara que tramitam em regime de decisão terminativa.

Uma segunda atribuição

importante das comissões permanentes é a de convocar ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições específicas. Terminada a exposição da autoridade, os senadores integrantes da comissão poderão fazer perguntas.

As comissões permanentes têm poder, também, de organizar audiências públicas sobre matérias sob sua apreciação ou sobre assuntos de interesse público, convidando especialistas ou autoridades para prestar depoimentos, que podem ser efetuados por escrito ou pessoalmente.

Acordo vai garantir quatro comissões para o PT

O deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), eleito 1º secretário da Câmara, disse ontem à Agência Câmara, antes do início da solenidade de reabertura dos trabalhos legislativos, que as lideranças fecharam acordo para garantir ao Partido dos Trabalhadores a presidência de quatro comissões permanentes da Casa. Ao PMDB caberá a direção de três. Ele avaliou que a derrota do governo vai modificar a relação do Legislativo com o Executivo, impondo "mais respeito" ao

Parlamento. Inocêncio afirmou esperar que os acordos com a Câmara sejam cumpridos e que a Casa possa exercer o seu papel de fiscalizadora dos outros Poderes. O deputado explicou que, à frente da Primeira Secretaria da Câmara, suas prioridades serão garantir a austeridade no uso dos recursos públicos. Acrescentou que vai tentar garantir melhores condições de infra-estrutura para o trabalho legislativo e parlamentar, mas "respeitando sempre os limites orçamentários."



ESTRATÉGIA Matilde Ribeiro discute com Paim o que pode ser feito para aprovar Estatuto da Igualdade Racial, em tramitação na Câmara e no Senado

Paim recebe ministra da Igualdade Racial

O senador Paulo Paim (PT-RS) recebeu ontem, em seu gabinete, a ministra da Secretaria da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, que veio combinar estratégias entre o Executivo e o Legislativo para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, em tramitação na Câmara e no Senado.

O estatuto, de autoria de Paim, pretende servir de arcabouço para políticas públicas que promovam efetivamente a igualdade racial no Brasil, explicou Matilde. Para ela, é preciso aproveitar a alavanca política representada pelo

decreto presidencial elegendo 2005 como o Ano Nacional da Igualdade Racial.

Matilde Ribeiro lembrou que o sistema de cotas para afro-descendentes e indígenas para ingresso em estabelecimentos de ensino do 3º grau, que representa um capítulo do estatuto, já está em vigor em muitas universidades públicas. Ela explicou que, quando a lei tarda, a sociedade se adianta e começa a promover as mudanças.

O projeto do estatuto (PLS 213/03), um dos primeiros que Paim apresentou ao chegar ao Senado em 2003, já foi aprova-

do na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está em tramitação na Comissão de Educação (CE). Segundo Paim, a maior dificuldade para sua aprovação está na consolidação do Fundo Nacional de Promoção Racial, que ainda não tem definidas suas fontes de custeio.

A ministra lembrou que 47% da população brasileira é formada de afro-descendentes. Portanto, o Estatuto da Igualdade Racial representa o reconhecimento público de uma realidade nacional, concluiu Matilde Ribeiro.

Líderes do governo avaliam vitória de Severino

Senadores lembram que deputado tem sido fiel ao governo e Aldo Rebelo destaca processo democrático

O novo presidente eleito da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), votou a favor do governo nos últimos dois anos e não deve criar maiores problemas para a aprovação de matérias de interesse do Executivo nos dois anos em que presidirá aquela Casa. Essa avaliação foi feita ontem em reunião na liderança do governo no Senado, entre líderes da base aliada e o ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo.

– O ministro trouxe uma análise que corroborou o que estávamos avaliando – disse o novo líder do PTB, senador Mozarildo Cavalcanti (RR). Outro parlamentar presente, o senador Marcelo Crivella (RJ), novo líder do PL, declarou que o resultado na Câmara não era o esperado, “mas não vai atrapalhar o governo”. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), representando o seu partido, foi mais além. “Dentro da base aliada, é um dos deputados mais fiéis ao governo”, afirmou.



ANÁLISE Aldo Rebelo despede-se de Mercadante (D) e de Bezerra, após reunião na liderança do governo

A avaliação de Valadares é a de que Severino Cavalcanti é muito ligado ao Legislativo.

– Ele vai prestigiar o Executivo, mas não em detrimento do Legislativo. Acho que ele vai dar um caráter de maior autonomia ao Legislativo – observou.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), lembrou que a primeira declaração de Severino foi de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Ele não vai criar problemas

para o governo – disse Bezerra, que está cotado para presidir a comissão que fará mudanças no processo de tramitação do orçamento federal. Bezerra explicou que a reunião também tratou da composição das comissões e da agenda do Senado para este semestre.

O líder do governo no Congresso confirmou que o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) deverá presidir a nova Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e que, apesar de ainda

não estar totalmente definido, o nome mais cotado para presidir a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá ser mesmo o da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Sem traição

O ministro Aldo Rebelo considerou que o resultado na Câmara faz parte do processo democrático. “Não creio que a expressão traição deva ser usada em uma eleição livre e democrática”, comentou. Para ele, a distribuição de votos em

três candidatos da base aliada explica o resultado que, embora não previsto, não representa uma ameaça ao governo. “É só verificar como o deputado Severino Cavalcanti votou nos últimos dois anos”, sustentou.

Ele disse que acompanhou todo o processo de votação na Câmara e telefonou para o presidente Lula para comunicar o resultado. Rebelo informou que conversou com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sobre a agenda de votações no Senado.

As críticas ao processo de escolha na Câmara vieram da oposição. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), ressaltou que o resultado evidenciou a “truculência do governo de impor um candidato que não era aceito e a falta de comando e de articulação durante o processo”.

– Foi chumbo para todo lado. Teve voto da base aliada para quatro dos cinco candidatos. Se tivéssemos unidade nos entendimentos, como no Senado, poderíamos ter reeditado lá um processo semelhante ao da escolha de Renan Calheiros. A vida do governo vai ficar muito complicada na Câmara. Os líderes partidários estão pouco representados na Mesa. E vai ocorrer uma interpretação caso a caso – avaliou o líder do PFL.

Cortes no Orçamento e MPs, alvos do novo presidente

Depois de mais de 13 horas de sessão, a Câmara dos Deputados elegeu seu presidente para o biênio 2005/2006. É o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Após a votação, o novo presidente da Câmara criticou o uso abusivo de medidas provisórias e defendeu o orçamento impositivo para acabar com os cortes unilaterais e contingenciamento de recursos por parte do governo. Disse ainda que quer garantir a independência do Legislativo com relação ao Executivo e que pretende reduzir gastos.

Cavalcanti recebeu 300 votos favoráveis, contra 195 de Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Houve um voto branco e dois nulos, com 496 votos válidos.

A sessão da Câmara transcorreu em clima de tranquilidade. Teve início com os discursos dos cinco candidatos: Virgílio Guimarães (PT-MG), Severino Cavalcanti,



PROMESSAS Severino Cavalcanti quer independência do Legislativo e redução de gastos

Jair Bolsonaro (PFL-RJ), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Luiz Eduardo Greenhalgh. Todos defenderam a independência da Câmara em relação ao Executivo.

Os únicos momentos de tensão foram registrados quando Jair Bolsonaro, oficial do Exército da reserva, fez duros ataques a Greenhalgh, que se notabilizou como advogado

de adversários da ditadura. Bolsonaro o acusou de defender criminosos, como os seqüestradores do empresário Abílio Diniz.

– Vamos colocar um homem desses na Presidência da Câmara? – perguntou o deputado.

Em resposta, Greenhalgh disse ter orgulho de seu trabalho como advogado.

– Defendi presos políticos quando poucos o faziam. Eu não sou um advogado de casos, mas de causas – defendeu-se.

Depois de apurados os votos para a Presidência da Câmara, foram conhecidos os deputados que ocuparão os sete cargos efetivos e quatro suplentes da Mesa. O PT, além da derrota para a Presidência, não conseguiu nenhum cargo na Mesa, que assim ficou composta:

1º vice-presidente: Haverá disputa em segundo turno entre José Thomaz Nonô (PFL-AL), com 194 votos, e César

Bandeira (PFL-MA), com 193 votos;

2º vice-presidente: Ciro Nogueira (PP-PI), eleito com 384 votos;

1º secretário: Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), eleito com 257 votos;

2º secretário: Nilton Capixaba (PTB-RO), eleito com 416 votos;

3º secretário: Eduardo Gomes (PSDB-TO), eleito com 407 votos;

4º secretário: Haverá disputa em segundo turno entre Edmar Moreira (PL-MG), com 239 votos, e João Caldas (PL-AL), com 228 votos.

Suplentes de secretário: Givaldo Carimbão (PSB-AL), Jorge Alberto (PMDB-SE), Geraldo Resende (PPS-MS) e Mário Heringer (PDT-MG).

A votação para os cargos onde haverá disputa em segundo turno está marcada para hoje.

Sérgio Guerra debita derrota a desgaste de Lula

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou ontem, pouco depois de participar da abertura dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, que a derrota do candidato oficial do PT na Câmara, Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), reflete o amplo desgaste do governo pela sua atitude permanente de querer “desmontar partidos, bancadas e estimular todo tipo de divisão”.

Na sua avaliação, durante os dois anos de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a relação entre o Executivo e Legislativo foi “a pior possível”.

– O que tivemos durante todo este tempo foi a afirmação, pelo governo, de uma postura autoritária – complementou.



VIGILÂNCIA Alvaro Dias (na foto, presidindo reunião da comissão mista) destaca repercussão internacional do caso

Alvaro: os assassinos da missionária serão punidos

■ Presidente da CPMI da Terra anuncia que comissão vai acompanhar investigações

A grande repercussão internacional do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang poderá ajudar a garantir punição para os autores do crime, na avaliação do presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária (CPMI da Terra), senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Em entrevista à Agência Senado, ele observou que muitos outros casos ocorridos no interior do país ficam sem solução.

– No interior do Pará, especialmente, prevalece a lei da selva e permanecem impunes os assassinos de muitas vítimas anônimas. Pela repercussão do caso da missionária americana,

é possível que a impunidade dessa vez não prevaleça – disse Alvaro Dias.

O senador anunciou que a comissão vai acompanhar com atenção as investigações sobre o assassinato. Ele lembrou que a CPMI foi instalada justamente para investigar o que ocorre no campo, inclusive todos os atos de violência que vêm sendo registrados “de ambos os lados”.

Missão

Como primeiro passo, a comissão enviou ao Pará, na manhã de ontem, uma missão composta por três senadores – Ana Júlia Carepa (PT-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sibá Machado (PT-AC) – e por dez deputados. Acompanhados ainda do governador do Acre, Jorge Viana, eles foram a Anapu (PA), onde ocorreu o assassinato no sábado (12), para acompanhar o enterro e obter as informações iniciais a respeito da apuração dos fatos.

Mesmo após o retorno dos parlamentares a Brasília, previu o presidente da CPMI, eles permanecerão atentos às investigações realizadas pela polícia do Pará. Um dos principais focos da atuação dos integrantes da comissão deverá ser a própria ação do governo estadual no combate aos crimes ocorridos no campo.

Ao chegar a Altamira (PA), a caminho de Anapu, a senadora Ana Júlia Carepa disse, em telefonema ao seu gabinete, que existe uma conivência de integrantes da polícia estadual com madeireiros, fazendeiros e grileiros.

De acordo com Alvaro Dias, a CPMI já havia alertado o governo para os riscos que a missionária corria. Na sua opinião, o atual quadro de violência na região “vem se desenhando” desde o início dos trabalhos da comissão mista, que deverá aprovar um relatório final até junho.

Ana Júlia: comissão vai apurar crimes

Falando à Agência Senado da cidade de Anapu, no Pará, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou ontem que uma comissão parlamentar investigará em profundidade crimes como o que vitimou a missionária norte-americana Dorothy Stang, 73. A parlamentar paraense foi a Anapu para, na companhia de outros senadores e deputados, assistir ao enterro de Dorothy, que atuava na região de Anapu em favor de pequenos trabalhadores rurais.

O corpo da freira foi enterroado pela manhã no Centro de Formação São Rafael, em Anapu, depois de um cortejo na cidade de Altamira (a 777 quilômetros de Belém). Estiveram presentes ao funeral os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sibá Machado (PT-AC).

Conivência

A investigação do assassinato da missionária e de crimes semelhantes será conduzida de forma a encontrar os verdadeiros culpados e não apenas os executores, conforme a senadora.

– Precisamos descobrir quem está por trás dos revólveres, e que nunca são investigados por causa da conivência do governo estadual (Pará) com grileiros, fazendeiros e madeireiros – afirmou Ana Júlia.

Ela disse ser necessária a criação da comissão, ainda que esteja em funcionamento uma comissão parlamentar mista destinada a investigar a reforma agrária (CPMI da Terra), presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). De acordo



DESABAFO “Precisamos descobrir quem está por trás dos revólveres”, afirma Ana Júlia

com Ana Júlia, a formação da comissão mista especial “já está acertada”.

– Mas se por acaso o novo presidente da Câmara não quiser criar a comissão, o novo presidente do Senado o fará.

Ana Júlia disse que o clima no enterro de Dorothy Stang foi de muita comoção, por causa da covardia dos assassinos, embora ela tenha percebido o fortalecimento do espírito de luta do povo da região. A senadora acredita que os trabalhadores vão cobrar a solução do caso nas diversas esferas do governo. No caso do Executivo federal, observou, já foi tomada a decisão de acelerar as investigações, além de fortalecer as estruturas regionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e da Polícia Federal.

Para a senadora, o crime deve ser visto como reação dos fazendeiros à ação do governo para implantar o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e às reservas extrativistas.

Sérgio Guerra quer estrangeiros explorando áreas de fronteira

Indicado pelo PSDB para assumir a nova Comissão de Agricultura e Reforma Agrária criada no Senado Federal, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) promete incorporar à agenda de debates um assunto polêmico, objetivando contribuir para o aumento da produção agrícola do país, ele vai propor que pessoas físicas e jurídicas estrangeiras possam adquirir e colonizar terras em áreas de fronteira. Hoje, segundo o senador, essa possibilidade está praticamente vedada pelo poder público em virtude de questões relacionadas à segurança nacional. Mesmo ressaltando que o apoio

à agricultura de ponta é uma das melhores realizações do governo federal, Sérgio Guerra acredita que ainda falta ao poder público definir com mais clareza estratégias de desenvolvimento e de melhor alocação de recursos para o setor.

Sérgio Guerra disse desconfiar de projetos messiânicos como o da transposição do Rio São Francisco, uma das principais propostas na pauta do governo federal.

– A transposição não garante nenhum tipo de retorno seguro e a idéia só tem condições de prosperar como resultado de uma loucura nacional – alertou o senador.

Como representante de Pernambuco, Sérgio Guerra entende que os debates na nova comissão que presidirá ajudarão muito no planejamento do desenvolvimento do agronegócio no Nordeste. Entre as prioridades para a região, ele defende investimentos na ferrovia Transnordestina e nos terminais de Suape e Pecém (situados respectivamente em Pernambuco e Ceará), como instrumentos para viabilizar o escoamento da produção de grãos do Piauí e do oeste da Bahia.

Reforma agrária

Na avaliação do senador, a nova comissão também poderá desen-

volver papel relevante na busca da pacificação do campo.

– Chegamos a uma situação limite, tivemos em dez dias a morte de um policial em Pernambuco e de uma religiosa no Pará em função de conflitos agrários e isso não pode mais continuar, a sociedade não tolera, não aceita.

De acordo com Sérgio Guerra, o modelo de reforma agrária necessário ao país precisa ser diversificado, abrindo espaços tanto para a “colonização incentivada diretamente pelo Estado quanto para a colonização de conteúdo privado e particular”.



ADVERTÊNCIA Para Sérgio Guerra, “transposição só pode prosperar como resultado de loucura nacional”